



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Pedagogia Social e violência no namoro: educação em direitos humanos como prevenção

Social Pedagogy and Dating Violence: Human Rights Education as Prevention

**Luciana Gonzaga Bittencourt¹
Jacy Marques Passos²**

Eixo Temático:5-Gênero, sexualidades e violência doméstica

1- Introdução

O presente resumo é baseado em relato de experiências ligado a duas ações de extensão ocorridas entre novembro e dezembro de 2022, realizadas em Maricá (RJ): os minicursos “Violência no namoro e a importância da prevenção: o papel da escola frente à violência doméstica” e “Direitos humanos, mediação e a violência no namoro: como a Pedagogia Social pode contribuir para o seu enfrentamento?”. Ambos visaram fomentar uma abordagem interdisciplinar e intersetorial do tema. A pesquisa teve como ponto de partida a constatação dos efeitos da violência doméstica no desenvolvimento psicossocial de filhos de mulheres vítimas desse tipo de agressão, tendo como público-alvo os adolescentes, a partir de uma pesquisa de iniciação científica, de 2022.

Ressalta-se os efeitos da violência no namoro ultrapassam o momento presente da adolescência, podendo perdurar por toda a vida adulta. A exposição continuada a contextos de abuso e controle, muitas vezes legitimados por normas culturais e modelos midiáticos, fragiliza a autoestima e a autonomia dos sujeitos, reforçando estigmas de gênero e dinâmicas de submissão. Há uma relação direta entre a vivência de violência infantojuvenil, a reprodução de comportamentos violentos na vida adulta e a tese da transmissão intergeracional da violência.

Diante desse cenário, ações realizadas focaram articular a teoria com a prática, visando sensibilizar e capacitar profissionais da educação, da segurança pública e da rede psicossocial para o enfrentamento desse fenômeno. Por meio de metodologias participativas como: oficinas, rodas de conversa e dinâmicas, as ações propiciaram espaços de diálogo entre diferentes agentes sociais, promovendo a construção coletiva de estratégias de prevenção que interseccionam Pedagogia

¹Prof.^a Dr.^a Escola de Governo de Maricá – EMAR. Associada à Rede Brasileira de Educadores em Direitos Humanos – REDEDH. Orientadora do PIC/ICTIM 2022 e 2023. Email: lucianagb79@gmail.com.

² Pedagogo Social. Prof. Notório Saber na UFF (PIPAS-UFF), Pesquisador Extensionista do Projeto PIPAS da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Sociologia da Educação – Email:jacym34@gmail.com



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Social, educação em direitos humanos, relações de gênero e enfrentamento à violência no namoro.

2- Violência no namoro e a rede de proteção de crianças e adolescentes em Maricá

Inicialmente compreende-se que o fenômeno da violência de gênero atravessa a vida das mulheres desde a infância, configurando-se, muitas vezes, como um ciclo naturalizado no contexto familiar e afetivo. A violência no namoro, embora recorrente, permanece negligenciada tanto nas políticas públicas quanto nas práticas institucionais de prevenção. Por isso, é necessário o olhar ampliado para a defesa da proteção integral de crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Assim, enfatiza-se a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e família na garantia de direitos e no enfrentamento de todas as formas de violência.

É nesse contexto que as ações propostas despontam como uma abordagem educativa potente, voltada especialmente a populações vulnerabilizadas. Ancorada em práticas humanistas, dialógicas e emancipatórias, promovendo a escuta ativa, o reconhecimento das singularidades e a valorização dos saberes locais. Tais características tornam-na um instrumento estratégico para intervir em territórios marcados por desigualdades estruturais e por violações de direitos, como é o caso das comunidades atingidas pela violência doméstica. Outro aspecto relevante diz respeito à insuficiência de políticas públicas voltadas ao atendimento psicossocial de adolescentes afetados pela violência doméstica, mesmo em municípios que já dispõem de redes formais de proteção às mulheres como em Maricá. Essa lacuna acentua a sensação de desamparo entre aqueles que convivem com a violência em seus lares. Nesse sentido, torna-se imperativo investir em programas de formação e capacitação continuada para os profissionais que compõem essa rede, além de promover a integração entre os diversos setores responsáveis pela proteção infantojuvenil.

Por meio da Pedagogia Social e da educação em direitos humanos é possível promover práticas educativas que valorizem a diversidade, combatam a violência simbólica e estrutural. Tais práticas que devem envolver o ambiente escolar com vistas à promoção da cidadania, da dignidade e da equidade de gênero. Ao todo tivemos a participação de cerca de 50 profissionais da Rede de Proteção de Maricá participando: guardas municipais da Ronda Escolar e do Grupamento Maria da Penha, professores da rede básica municipal de educação, estudantes de graduação, bombeiros civis, agentes sociais e pessoas vinculadas a associações de moradores e coletivos feministas.



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

3- Considerações Finais

A experiência relatada evidencia a importância da mediação entre o saber acadêmico e as demandas sociais concretas. Ao assumir um compromisso ético e político com os direitos humanos, a universidade fortalece sua função social e contribui significativamente para a formação de profissionais sensíveis às problemáticas contemporâneas. O enfrentamento da violência no namoro, por sua vez, requer não apenas medidas repressivas ou emergenciais, sobretudo ações educativas, preventivas e interdisciplinares que transformem as relações sociais e afetivas desde sua base.

Além disso, é fundamental observar que o envolvimento da comunidade escolar e das famílias na discussão sobre violência no namoro representa um passo decisivo para a superação do silêncio e do estigma que cercam o tema. Por conseguinte, ao estimular o diálogo aberto e a participação ativa de todos os atores sociais, cria-se um ambiente propício para a prevenção e o enfrentamento das diversas situações de violência. Dessa maneira, a escola deve assumir o papel de promotora de uma cultura de paz, promovendo valores de respeito, empatia e solidariedade, os quais são essenciais para a construção de relações saudáveis durante a adolescência.

Do mesmo modo, a colaboração entre diferentes setores — educação, saúde, assistência social e segurança pública — revela-se imprescindível para o desenvolvimento de estratégias integradas e eficazes no combate à violência de gênero. Assim sendo, a articulação de políticas públicas e a criação de espaços interinstitucionais fortalecem a rede de proteção, garantindo um atendimento mais humanizado e eficiente para adolescentes em situação de vulnerabilidade. Portanto, é a partir desse esforço coletivo e articulado que se torna viável promover mudanças estruturais, capazes de impactar positivamente o desenvolvimento integral das novas gerações.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei 8069 – Estatuto da Criança e do Adolescente**, de 13 de julho de 1990.

BITTENCOURT, L. G.; RODRIGUES, L. ; MARQUES PASSOS, J. **Pedagogia social, direitos humanos e gênero: reflexões sobre educação e o enfrentamento à violência no namoro**. Revista Pedagogia Social UFF, v. 17, n. 1, 20 ago. 2024. Disponível em <https://periodicos.uff.br/pedagogiasocial/article/view/64241> Acesso em 13 de jul. de 2025.